

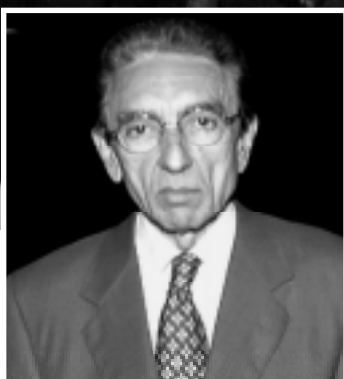
# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.329 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2001

## Líderes definem prioridades para votação neste semestre

PÁGINAS 3 A 7



Edison Lobão tratou com FHC e Aécio Neves da adoção de uma "pauta ética" para este semestre

### Lobão quer incluir "projetos éticos" na pauta do Congresso

PÁGINA 2

#### OS TEMAS

Reforma do Judiciário

Código de Defesa do Contribuinte

Mudanças na Lei das Sociedades Anônimas

Alterações na fidelidade partidária

Criação da Guarda Nacional

### Hospitais universitários podem ganhar nova fonte de receitas

O Senado deve votar amanhã projeto de Lúcio Alcântara que permite a cobrança, pelos hospitais universitários, do atendimento prestado a pacientes cobertos por planos de saúde. Os recursos resultantes deverão ser aplicados nos próprios hospitais.

PÁGINA 6



Heloísa Helena diz que requerimentos da oposição dão resposta à sociedade

### Conselho de Ética examina pedidos para investigar Jader

Em sua primeira reunião neste semestre, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar deve iniciar amanhã a discussão dos requerimentos para que sejam investigadas denúncias contra o senador Jader Barbalho.

PÁGINA 7



Gilberto Mestrinho anuncia pronunciamento sobre o trabalho do Conselho de Ética



## LOBÃO DISCUTE COM PAULO RENATO QUADRO POLÍTICO ATUAL

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu na manhã de ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza (foto), que definiu o encontro como "visita de cortesia". À saída do gabinete da Presidência do Senado, Paulo Renato Souza afirmou que aproveitou a oportunidade para trocar impressões com o senador "a respeito do atual quadro político e sua evolução". O ministro disse ainda ter transmitido a Lobão sua opinião sobre a importância de se preservar a atual aliança parlamentar que dá sustentação ao governo de Fernando Henrique.



## EMBAIXADORES VISITAM O PRESIDENTE INTERINO DO SENADO

Na manhã de ontem, o presidente interino do Senado, Edison Lobão, recebeu em audiência dois embaixadores árabes. Para visitas definidas como "de cortesia", o senador reuniu-se inicialmente com Chain Farah, representante da Síria. Em seguida, recebeu o embaixador do Kuwait, Nasser Alsabeeh (foto). Os diplomatas destacaram o interesse de seus países em estreitar relações com o Congresso Nacional brasileiro.

# "Projetos éticos" entrarão na pauta do Congresso

Segundo o presidente interino do Senado, Edison Lobão, entre as propostas está o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns

O presidente interino do Senado, Edison Lobão, afirmou na manhã de ontem que "o Congresso Nacional não é lugar para bandidos e pistoleiros, que vêm buscar no Legislativo um *habeas corpus* preventivo para crimes cometidos lá fora". Por essa razão, acrescentou o senador, é que as presidências das duas Casas estão preparando uma série de "projetos éticos, com apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso, para livrar o Congresso desse tipo de suspeita infundada".

Lobão confirmou que ele e o deputado Aécio Neves (PSDB-MG), presidente da Câmara, trataram desse tema no jantar ocorrido segunda-feira, dia 30, com o presidente da República, no Palácio da Alvorada, juntamente com lideranças partidárias. A questão da segurança pública também foi mencionada, bem como a proposta de prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Quanto aos "projetos éticos", o senador informou que algumas propostas já estão sendo vistas como de consenso entre Executivo e Legislativo. Uma delas prevê o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns. Outra estabelece a quebra de sigilos bancário e fiscal para os agentes públicos, inclu-

sive deputados e senadores. "O presidente defende, ainda, a apreciação e votação de alguns dos projetos da reforma política que também poderão contribuir para esse esforço ético", acrescentou Lobão. Como exemplo, ele citou a proposta referente à fidelidade partidária.

— Está claro que o Congresso Nacional não é lugar para bandidos e pistoleiros, mas sim para legisladores, razão pela qual as propostas já aprovadas pelo Senado, de fim da imunidade parlamentar para crimes comuns e da quebra dos sigilos bancário e fiscal dos parlamentares, deverão merecer prioridade do deputado Aécio para apreciação pela Câmara — afirmou o presidente interino do Senado.

Quanto à prorrogação da cobrança da CPMF, Lobão disse que "a questão será tratada em profundidade em um próximo encontro, mas o presidente destacou sua importância para o equilíbrio das contas do governo". O tema da segurança, porém, recebeu bastante atenção. Lobão revelou que comissão especial vai consolidar as propostas do Executivo e dos governadores, juntamente com os projetos que já estão tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado sobre o assunto, a fim de que o Congresso aprove rapidamente um conjunto de medidas para que o governo possa enfrentar a questão e atender aos reclamos da sociedade sobre segurança pública.

*"Está claro que o Congresso Nacional não é lugar para bandidos e pistoleiros, mas sim para legisladores"*

## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 1º DE AGOSTO DE 2001

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 253/00, aprova o ato que outorga concessão à Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Formiga (MG); PDL nº 19/01, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Itatiaia para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedro Leopoldo (MG); Requerimento nº 328/01, do senador Álvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 111/00 e 32/01, por regularem a mesma matéria; Requerimento nº 329/01, do senador Bello Parga, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 371/99, de sua autoria; e Requerimento nº 386/01, do senador Mozarildo Cavalcanti e líderes, solicitando urgência para o PLS nº 44/01-Complementar, que modifica a composição do Conselho Administrativo da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: será dedicada a homenagear Pedro Aleixo pelo transcurso do centenário de seu nascimento.

Pauta: PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares; PDL nº 37/01, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educacional e Cultural de Uberlândia para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia (MG); PDL nº 38/01, aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Colonial FM para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João Del Rei (MG); e Requerimento nº 330/01, do senador Iris Rezende, solicitando a tramitação conjunta das PECs nºs 46/00 e 6/01, por regularem a mesma matéria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

### COMISSÕES

Quinta-feira

10h — Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br) - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho (licenciado)  
Presidente em exercício: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti  
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



O presidente interino do Senado, Edison Lobão, reúne-se na próxima semana com representantes de todos os partidos para decidir quais propostas terão primazia na tramitação. A previsão é de que entrem na agenda a reforma do Judiciário, alterações na fidelidade partidária e criação da Guarda Nacional

## Líderes definem com Lobão projetos prioritários

Na próxima semana, líderes de todos os partidos reúnem-se com o presidente interino do Senado, Edison Lobão, para decidir que projetos serão votados com prioridade neste semestre pelos senadores. Entre as dezenas de propostas em exame nas comissões, pelo menos cinco delas devem constar da agenda dos próximos meses: reforma do Judiciário, Código de Defesa do Contribuinte, mudanças na Lei das Sociedades Anônimas, alterações na fidelidade partidária e criação da Guarda Nacional.

A decisão do presidente interino do Senado e do presidente da Câmara, deputado Aécio Neves, de votar com rapidez projetos dentro de uma "agenda ética" para o Congresso não deve envolver votações do Senado, uma vez que todas as propostas citadas já fo-



Edison Lobão participou da elaboração da "agenda ética", que deve incluir a quebra de sigilo bancário de agentes públicos

ram aprovadas pela Casa. Já estão nas mãos dos deputados os dois principais projetos da "agenda ética" – a suspensão da imunidade parlamentar para os crimes



Deputado Aécio Neves, presidente da Câmara, que votará o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns

comuns e a quebra do sigilo bancário de agentes públicos, como parlamentares e pessoas que ocupam cargos importantes na administração.

No momento, tramitam no Senado 353 projetos de lei e 65 pro-

postas de emenda à Constituição. Um dos mais polêmicos cria a Guarda Nacional, assunto já bastante discutido no primeiro semestre mas sem votação. O projeto é do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que, originalmente, só detalhava como seriam as guardas municipais, previstas na Constituição. O então senador José Roberto Aruda apresentou emenda criando a Guarda Nacional. O tema volta ao debate devido especialmente à crise das polícias militares provocada pelas greves ocorridas em vários estados no mês de julho.

A reforma do Judiciário, em tramitação na Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), é relatada pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). A proposta de emenda constitucional chegou ao Senado após intenso debate na Câmara dos Deputados, principalmente por prever o controle externo do Judiciário. Já o projeto que torna mais rígida a fidelidade partidária integra a reforma política, parte da qual já foi votada pelos senadores, enquanto outras propostas estão sendo examinadas pela CCJ.

Já o Código de Defesa do Contribuinte, que busca defender especialmente as empresas de abuso do fisco, foi aprovado pela CCJ e será ainda votado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de chegar ao Plenário. Finalmente, o projeto que muda a Lei das Sociedades Anônimas vem sendo discutido ao mesmo tempo pela CCJ e CAE.

Tramitam no Senado •

Os números

• 353 projetos de lei e

• 65 propostas de emenda à Constituição

## CCJ analisará propostas da reforma eleitoral

Com a definição de que a reforma política será um dos temas prioritários deste semestre legislativo, propostas de emenda à Constituição (PECs) que tratam da adoção do sistema eleitoral misto e da fidelidade partidária estão prontas para entrar na pauta de votações da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ambas são de autoria do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) e foram apresentadas por comissão temporária do Senado encarregada de estudar a reforma político-partidária.

Além de instituir o sistema eleitoral misto nas eleições para a Câmara dos Deputados, pelo qual metade dos deputados seriam eleitos por listas partidárias e metade por distritos eleitorais, a PEC veda a coligação partidária

nos pleitos para as Casas legislativas. Quanto à fidelidade partidária, está prevista a perda automática do mandato de deputado ou senador que deixar o partido pelo qual foi eleito, salvo no caso de fusão ou incorporação ou para participar, como fundador, de novo partido político.

Em relação a outros projetos sugeridos pela comissão temporária, dois foram aprovados recentemente pelo Senado e aguardam apreciação pela Câmara. Um deles regulamenta o financiamento público de campanhas eleitorais, também de autoria de Sérgio Machado. Outro, do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), amplia de dois para quatro anos o tempo exigido de filiação partidária para que o eleitor possa candidatar-se a cargo eletivo.



A Comissão de Constituição e Justiça analisará a adoção do sistema eleitoral misto, de autoria de Sérgio Machado

### FINANCIAMENTO

O projeto sobre o financiamento público exclusivo das campanhas define que, em anos eleitorais, a dotação orçamentária para o Fundo Partidário terá por base o valor de R\$ 7,00 por eleitor. E veda a partido e candidato receberem doação em dinheiro ou estimável em dinheiro, inclusive por meio de publicidade, proveniente de pessoa física ou jurídica.

Já o projeto sobre o prazo de filiação partidária, que pretende forjar quadros partidários sólidos, eliminando as facilidades com que hoje um político muda de legenda, prevê um prazo de 60 dias para que a lei entre em vigor, a fim de que, segundo Bornhausen, sejam permitidas as acomodações do quadro partidário.



Ainda no primeiro semestre, o Senado aprovou outra mudança na legislação eleitoral, com o propósito de tornar inelegível para o Senado o senador que concorrer a cargo eletivo no meio do mandato, salvo se renunciar até a data da convenção partidária. A Casa entendeu que, quando senadores resolvem candidatar-se ainda tendo quatro anos de mandato a cumprir, compromete-se a eficácia da alternância prevista para ocorrer de quatro em quatro anos.

Outra matéria já analisada pelo Plenário foi a proposta de emenda à Constituição que exigia a renúncia dos chefes de Executivo que quisessem disputar a reeleição. A proposta foi rejeitada pelo Senado.



Temas econômicos estarão no centro das decisões do Senado e do Congresso no decorrer do segundo semestre. Presidente da Comissão de Orçamento, o senador Carlos Bezerra promete rigor no cumprimento dos prazos para exame da proposta orçamentária



Jorge Bornhausen quer evitar julgamento unilateral do contribuinte pelo Estado

## CAE examina o Código de Defesa do Contribuinte

Um dos projetos prioritários a ser examinado pelos senadores neste semestre é o que institui o Código de Defesa do Contribuinte, que, entre outros dispositivos, impede que sejam excluídos dos benefícios fiscais e creditícios oficiais e da participação em licitações públicas os contribuintes que estejam em débito fiscal, mas contestando judicialmente esse débito. A proposta, de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), foi aprovada em maio pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para ser examinada em breve.

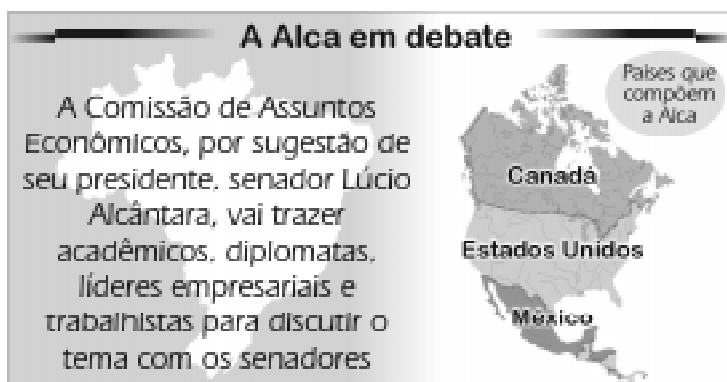
Com base no parecer do senador Bello Parga (PFL-MA), o projeto aprovado na CCJ pretende "estabelecer uma relação de igualdade jurídica do cidadão-contribuinte com o fisco", partindo do princípio de que os deveres e os direitos são mútuos. De acordo com o texto final, o contribuinte que estiver contestando judicialmente o seu débito fiscal ou tiver recorrido ao parcelamento de débitos com o fisco terá direito a exigir deste certidão negativa, caso necessite comprovar que está em dia com o recolhimento de impostos.

O relator acolheu várias emendas a partir de recomendações feitas pela Secretaria da Receita Federal, mas procurou manter o espírito do projeto de lei do senador Bornhausen, cujo objetivo maior é criar mecanismos de defesa do contribuinte, tirando-o do julgamento unilateral feito pelo próprio aparelho fiscal do Estado.

# Ingresso na Alca, reforma tributária e orçamento mobilizam Congresso

Os temas econômicos vão estar no centro das decisões do Senado e do Congresso Nacional ao longo de todo o segundo semestre deste ano. O ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), o exame do Orçamento da União para 2002, a reforma tributária e a criação do Código de Defesa do Contribuinte serão alguns dos principais assuntos discutidos. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), presidente da Comissão Mista de Orçamento, que chega hoje a Brasília, disse que será rigoroso no cumprimento dos prazos para o exame da proposta orçamentária. Ele demonstrou preocupação com novos cortes de recursos anunciados pelo governo.

O secretário de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Fontenelle, já está trabalhando com sua equipe para promover um corte de R\$ 1 bilhão nas despesas de custeio e de investimentos no orçamento deste ano. O ajuste se fez necessário em razão dos novos entendimentos mantidos entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), de onde poderão vir mais



recursos para o fortalecimento das reservas externas do país, de modo a dar maior garantia à estabilidade do real.

Com esse novo ajuste, o governo ultrapassa as metas fixadas na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de obter um superávit primário nas contas públicas (receitas menos despesas, excluindo-se os gastos com os juros da dívida pública), de 3%. Se o Executivo quiser ultrapassar esses limites nos orçamentos de 2002, 2003 e 2004, também previstos na LDO, ele terá problemas na Comissão de Orçamento, onde a realização de grandes superávits primários provoca sempre acirrados debates, já que implica gastos menores em setores prioritários.

Os debates que vão se realizar no Senado em torno do ingresso do Brasil na Alca, do mesmo modo, prometem ser intensos. A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), por sugestão do seu presidente, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), vai trazer acadêmicos, diplomatas, líderes empresariais e trabalhistas para discutir o tema com os senadores. O momento da discussão, para Alcântara, é dos mais propícios, já que o Brasil, nos últimos meses, vem sendo cortejado pela Europa para firmar acordos setoriais cada vez mais abrangentes entre a União Européia e o Mercosul. A visita do primeiro-ministro britânico, Tony Blair, ao Brasil, reforça esse cortejo, na medida em que abre um ex-

tensivo leque de cooperação entre o Reino Unido e o Brasil e entre aqueles dois blocos comerciais.

Muitos senadores, como é o caso de Paulo Hartung (PPS-ES), temem os riscos de uma união tarifária entre países tão desiguais como os 34 que compõem a Alca, formando um mercado de 800 milhões de consumidores e um PIB de US\$ 12 trilhões. Como lidar de igual para igual com os Estados Unidos, o país mais rico e mais desenvolvido do mundo? Essa é uma das principais perguntas que a CAE espera poder responder ao discutir o assunto.

Com medo desse convívio, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) vai mais longe e propõe que seja realizado, nas próximas eleições, um plebiscito para saber o que o povo brasileiro pensa sobre o ingresso do Brasil na Alca.

A criação do Código de Defesa do Contribuinte, proposta pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), é outro assunto que promete muita polêmica. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) teme que a proposta acabe se convertendo numa espécie de "código de defesa do sonegador", se o assunto não for muito bem debatido.

## Comissões debatem projeto que modifica Lei das S.A.

O projeto que altera a Lei das Sociedades Anônimas (Lei das S.A.) está entre as matérias que deverão ter o trâmite agilizado no Senado Federal. O projeto está sendo discutido nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e tem como relatores os senadores Pedro Piva (PSDB-SP) e José Agripino (PFL-RN), respectivamente.

Dentre as mudanças, os relatores destacam a definição dos direitos dos acionistas minoritários na venda de ações e sua participação no conselho de administração das empresas, as regras para escolha dos membros do conselho fiscal e os critérios de

fechamento de capital de uma sociedade anônima. Os relatores já receberam mais de 20 emendas dos integrantes das duas comissões.

No primeiro semestre, Agripino e Piva realizaram audiências públicas na CCJ com especialistas do mercado de capitais e de contabilidade, quando foram debatidas as questões consideradas mais importantes do ponto de vista do acionista minoritário. Os especialistas apontaram avanços na lei com as modificações propostas e uma oportunidade de recuperação para a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a maior do país.

A lei em vigor permite que uma pessoa tenha o controle de uma empresa com a posse de apenas



Pedro Piva e José Agripino relatam a proposta nas comissões de Assuntos Econômicos e de Constituição, Justiça e Cidadania

um terço das ações ordinárias, que dão direito a voto no conselho de administração. José Agripino julga importante democratizar o mercado de capitais, aumen-

tando sua liquidez como forma de atrair os pequenos investidores. Para isso, acrescentou, são necessárias regras que priorizem a transparência e a confiabilidade.

A criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Poder Judiciário, é uma das principais inovações da proposta que será examinada pela CCJ neste mês de agosto, por decisão dos líderes partidários no Senado



## Reforma do Judiciário deve entrar na pauta

A reforma do Judiciário deverá ser um dos temas priorizados pelas lideranças partidárias para os trabalhos das comissões neste mês de agosto. Uma das principais inovações da proposta, aprovada pela Câmara dos Deputados em junho do ano passado, é a criação do Conselho Nacional de Justiça, órgão responsável pelo controle externo do Judiciário. Composto por 15 membros, o conselho deverá abrigar representantes da magistratura, do Ministério Público, dos advogados e da sociedade civil, estes últimos indicados pelo Congresso Nacional.

Na avaliação da relatora da reforma na Câmara, deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), se o controle externo estivesse presente na legislação atual, muitas das irregularidades apuradas pela CPI do Judiciário promovida pelo Senado em 1999 não teriam ocorrido. Outro mecanismo de controle da Justiça previsto é a criação de ouvidorias estaduais, que funcionariam como órgãos independentes coletores de denúncias de possíveis irregularidades.



O substitutivo da deputada é resultado de quase oito anos de discussão da matéria na Câmara e privilegia a melhoria do atendimento na primeira instância. Para isso, cria a obrigatoriedade de cursos para juízes e determina um prazo mínimo de três anos para que os recém-formados em Direito possam ingressar na magistratura. Outro ponto que poderá facilitar o acesso à Justiça é

o fim das férias forenses. Atualmente, os tribunais têm dois meses de recesso – no início e no fim do ano.

Por outro lado, a reforma traz uma série de pontos considerados polêmicos que deverão gerar intensos debates no Senado. Um deles diz respeito ao nepotismo. O Plenário da Câmara derrubou a proibição, constante do

Se o controle externo do Judiciário já constasse da legislação, muitas das irregularidades apuradas pela CPI não teriam ocorrido, segundo a relatora da matéria na Câmara



substitutivo, da contratação de parentes para cargos comissionados por membros dos três Poderes. Outro item que deve gerar controvérsia é a chamada "Lei da Mordaza", dispositivo presente no substitutivo que impede os magistrados de emitirem opiniões durante o curso dos processos.

### PRINCIPAIS PONTOS DA PROPOSTA

Os novos juízes deverão ter três anos de experiência obrigatória antes do concurso.

Cursos de reciclagem obrigatórios para magistrados.

Fim do recesso anual de dois meses na Justiça.

Criação de órgão de controle externo do Judiciário, composto de magistrados, advogados e representantes da sociedade.

Criação de ouvidorias estaduais de Justiça para coletar denúncias de irregularidades.

Deslocamento dos crimes contra os direitos humanos para julgamento pela Justiça Federal.

Proibição aos juízes de emitir opinião sobre os processos que presidam.

Súmula vinculante para decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em matéria constitucional, contando com a aprovação de três quintos do tribunal.

## Criação da Guarda Nacional é um dos assuntos mais polêmicos

Um dos projetos que podem suscitar discussão no Senado neste segundo semestre é o que cria a Guarda Nacional. A matéria, que voltou ao debate em decorrência das rebeliões de policiais em vários estados, é objeto do substitutivo do ex-senador José Roberto Arruda ao projeto de emenda à Constituição (PEC) do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que propõe a criação de guardas municipais armadas.

A iniciativa de Tuma originou-se da preocupação com a segurança revelada pela sociedade nas últimas eleições municipais. Ao longo de todo o semestre, a discussão sobre as guardas municipais e a Guarda Nacional mobilizou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e o Plenário do Senado, até voltar para novo estudo da CCJ.



O senador Romeu Tuma propôs a formação de guardas municipais armadas

O então senador José Roberto Arruda sugeriu a criação da Guarda Nacional, apresentando, entre outros argumentos, o de que ela serviria para proteger prédios públicos federais e a própria fazenda do presidente da República, na época, ameaçada de invasão.

Vários parlamentares, porém,

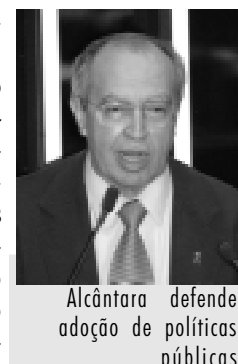
como a senadora Heloísa Helena (PT-AL), alertaram para o fato de que essas guardas poderiam significar mais um braço armado, num país já conturbado pela violência policial. Uma questão relacionada ao tema é a dúvida quanto a quem essas novas polícias seriam subordinadas: a União ou os estados.

### RISCO

Outra preocupação comum foi com o risco de choques entre polícias. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) argumentou na ocasião que, armando-se os 5 mil municípios brasileiros, haveria o risco de quarteladas municipais se insurgirem contra quarteladas estaduais, principalmente em épocas de embates eleitorais. Foi em razão de tanta discussão que, já aprovada em primeiro turno, a matéria voltou ao exame da CCJ.

## Alcântara quer novas medidas contra a discriminação racial

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu a ampliação de medidas de combate à discriminação racial pelo governo federal. Citando dados de reportagem da revista *Época*, segundo a qual o preconceito racial continua fazendo vítimas no país, o



Alcântara defende adoção de políticas públicas

senador argumentou em favor da adoção de políticas públicas que garantam igualdade de tratamento para todos e a promoção de oportunidades concretas de educação, emprego e pleno exercício de manifestações culturais.

A reportagem, observou Alcântara, enumera situações em que se podem constatar os efeitos da discriminação. Há diferenças, por exemplo, aponta o senador,

na situação de serviços de água encanada. Enquanto 81% dos brancos são beneficiados pelo sistema de abastecimento, os serviços de água encanada são concedidos somente a 64,7% dos negros. Outras demonstrações de discriminação, salientou Alcântara, podem ser encontradas na remuneração média: são pagos 2,43 salários mínimos para negros e 5,25 salários mínimos para brancos. Também a expectativa de vida dos negros é de 64 anos, enquanto que para os brancos é de 70 anos.

Essa situação, segundo a revista, faz com que os negros sintam que o país ainda não se acostumou a encará-los fora da senzala, salientou Lúcio Alcântara.



Na sessão de amanhã, o Senado também vai homenagear o centenário de nascimento de Pedro Aleixo, um dos fundadores da UDN. Hoje o Plenário votará requerimento para garantir urgência à votação do projeto que modifica a composição do conselho administrativo da Suframa

## Projeto garante mais verba para hospital universitário

O Senado votará amanhã projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários cobrarem o atendimento prestado a pacientes cobertos por planos de saúde. Pela proposta, até 25% dos leitos hospitalares poderiam ser destinados a esses pacientes. O projeto estabelece que os recursos resultantes das internações deverão ser integralmente utilizados na manutenção e recuperação dos hospitais.

Também amanhã o Senado dedicará a hora do expediente para homenagear o centenário de nascimento do político Pedro Aleixo. Articulador em Minas Gerais

da Revolução de 1930, Aleixo era presidente da Câmara dos Deputados em 1937, quando Getúlio Vargas deu um golpe de Estado e dissolveu o Congresso. Foi também um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, em favor da redemocratização do país, e um dos fundadores da UDN. Em 1967, elegeu-se indiretamente vice-presidente da República na chapa do marechal Costa e Silva.

Hoje o Plenário votará requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) para que seja decidido em regime de urgência projeto que modifica a composição do conselho administrativo da Superintendência

da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Argumentando que os estados representados na Suframa não se restringem às capitais, Mozarildo Cavalcanti quer incluir no conselho um representante dos municípios do interior das unidades da Federação localizadas na área de atuação do órgão.

Na mesma sessão, serão votados projetos de decretos legislativos renovando a concessão para a exploração de serviços de radiodifusão da Fundação Educativa e Cultural de Integração do Oeste de Minas, situada em Formiga (MG), e da Rádio Itatiaia, de Pedro Leopoldo (MG).



Lúcio Alcântara é autor do projeto que permite aos hospitais universitários cobrarem pelo atendimento

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h30 – *Cidadania* – A senadora Heloisa Helena e a técnica do Dieese, Graça Ohana, falam sobre renda e pobreza  
7h30 – *Entrevista* – O senador Arlindo Porto fala sobre a correção do Imposto de Renda  
8h – *Jornal do Senado* – Reprodução assistida  
8h30 – *Saúde/Unip* – Alcoólicos anônimos – Parte 1  
9h – *Especial* – O olhar estrangeiro sobre o Brasil  
9h30 – *Entrevista* – O advogado Sid Riedel fala sobre os direitos trabalhistas  
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Audiência pública sobre as Leis de Sociedades Anônimas e o Mercado de Valores Mobiliários  
12h – *Jornal do Senado* – Reprodução assistida

12h30 – *Entrevista* – O senador Arlindo Porto fala sobre a correção do Imposto de Renda  
13h – *As Cores do Brasil* – Sergipe  
13h30 – *Cidadania* – A senadora Heloisa Helena e a técnica do Dieese, Graça Ohana, falam sobre renda e pobreza  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 – *Entrevista* – O advogado Sid Riedel fala sobre os direitos trabalhistas  
19h – *As Cores do Brasil* – Sergipe  
19h30 – *Cidadania* – A senadora Heloisa Helena e a técnica do Dieese, Graça Ohana, falam sobre renda e pobreza  
20h30 – *Entrevista* – O senador Arlindo Porto fala sobre a correção do Imposto de Renda  
21h – *Jornal do Senado* – As notícias do Senado  
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal  
DireTV: canal 163  
Sky Net: canal 30  
Tectsat: canal 17  
Internet: www.senado.gov.br  
Antena Parabólica – Sistema Digital:  
• Satélite - B1  
• Transponder - 1 BE (Banda Estendida)  
• Polarização: Vertical  
• Frequência: 3.644,4 Mhz  
• Frequência (Banda - L) - 1505,75 Mhz  
• Antena - 3,6 m LNB  
• Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB  
• Symbol 3,2143MS-S  
• FEC: 3/4  
• Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Antena Parabólica - Sistema analógico

• Satélite - B1  
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)  
• Polarização - Horizontal  
• Frequência - 4.130 MHz

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Eurico Miranda deve depor na próxima semana

O presidente do Vasco da Gama, deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), deverá depor na próxima semana perante a comissão parlamentar de inquérito que investiga irregularidades no futebol brasileiro, segundo informou o relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Até o dia do depoimento, o senador e assessores da comissão vão analisar os documentos enviados pela Receita Federal e pelos bancos em que Eurico Miranda mantém conta. A documentação foi obtida com a quebra dos sigilos fiscal e bancário do dirigente vascaíno.

Geraldo Althoff informou ainda que a CPI vai aprofundar as investigações envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O principal alvo, informou o relator, será o presidente da entidade, Ricardo Teixeira, que também teve quebrados os sigilos bancário e fiscal, a pedido da comissão.

O relator da CPI do Futebol não quis adiantar qualquer informação obtida com a quebra dos sigilos bancário e fiscal do presidente da CBF. Revelou, no entanto, que a comissão já iniciou criterioso trabalho de mapeamento das empresas de Ricardo Teixeira e em inúmeros

documentos arquivados na Confederação Brasileira de Futebol.

Ricardo Teixeira já prestou depoimento à CPI em dezembro

do ano passado. Mas devido a novas denúncias, o presidente da CBF deverá ser reconvoado em agosto ou no início de setembro para novo depoimento, segundo Althoff. Constam também na lista de convocação os presidentes da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, Eduardo Viana, e do Flamengo, Edmundo Santos Silva.

A comissão parlamentar de inquérito já encaminhou ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, provas demonstrando que Eurico Miranda teria



cometido crimes eleitorais, contra a ordem tributária, de apropriação indébita e de falsidade ideológica. De acordo com a CPI,

os fatos mostram que o presidente do Vasco da Gama usou "laranjas" para movimentar recursos do clube carioca.

Ainda nesta semana a CPI deve nomear grupo de trabalho que vai elaborar as sugestões para nova legislação referente ao desporto brasileiro. O mês de setembro será dedicado à elaboração do relatório final. O presidente da comissão, senador Álvaro Dias (sem partido-PR), espera que em outubro sejam concluídos os trabalhos da CPI.



Segundo Geraldo Althoff, a CPI também vai ouvir Ricardo Teixeira, presidente da CBF

Requerimentos de investigação de supostas irregularidades envolvendo o senador Jader Barbalho, apresentados pelos partidos de oposição, devem ser discutidos na primeira reunião do órgão neste semestre



## Conselho de Ética inicia amanhã análise de denúncias contra Jader



Projeto de Pedro Simon foi aprovado pelo Senado e aguarda votação na Câmara

### Simon quer fim do sigilo para quem ocupa cargo público

Presidente e vice-presidente, ministros de Estado, senadores, deputados federais, dirigentes partidários, presidentes e diretores de entidades da administração direta e indireta poderão perder o direito ao sigilo bancário, conforme projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Apresentado em fevereiro de 1995 e aprovado pelo Plenário do Senado em março de 1996, desde então o projeto está na Câmara dos Deputados.

O instituto do sigilo bancário, explica o senador, é uma tradição criada pelo direito mercantil com o objetivo de resguardar as negociações entre empresários e comerciantes. No entanto, acrescenta Simon, no Brasil o sigilo bancário passou a ter uma amplitude incompatível com as exigências contemporâneas e "transformou-se num instrumento para acobertar todo o tipo de fraude e transação ilícita, não importando a condição pessoal do agente".

Pedro Simon defende, na justificativa de seu projeto, que não deve existir sigilo bancário para o setor público, sobretudo porque, daqueles que decidiram dedicar suas vidas à defesa do interesse comum, "deve-se exigir absoluta e irrestrita transparência". Na sua opinião, qualquer desvio de comportamento ou infidelidade para com a causa pública deverá ser severamente punido, inclusive com a perda do cargo e a proibição de exercer qualquer outro pelo tempo que a lei determinar.

Aos que se propõem a representar a coletividade, gerir seus interesses e administrar seus destinos, enfatiza o senador, é necessário manter uma "conduta ilibada, esmerada e rigorosamente dentro das expectativas da cidadania".

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar reúne-se amanhã, às 10 horas, para iniciar a discussão dos requerimentos dos partidos de oposição pedindo a investigação de fatos ligados ao presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA).

De acordo com a senadora Heloísa Helena (PT-AL), ao oferecer a denúncia a oposição cumpre o seu dever constitucional. A intenção, segundo ela, é dar uma resposta à sociedade e mostrar que não participa de qualquer tentativa de abafar a apuração de irregularidades.

Um dos requerimentos visa à apuração pelo Conselho de Ética de denúncias publicadas na imprensa relatando a suposta intermediação de Jader em favor de



Para Heloísa Helena, oposição está cumprindo seu dever e dando resposta à sociedade

projetos irregulares de candidaturas a financiamentos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O presidente do conselho, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), pretende instalar uma co-



Gilberto Mestrinho pretende instalar comissão para relatar representações

missão com três senadores para relatar não apenas a representação contra Jader, mas qualquer outra que venha a ser protocolada na Mesa do Senado.

Para Mestrinho, o expediente, previsto no Regimento do Sena-

do, democratizaria a elaboração de relatórios sobre a conduta de senadores. Mas o presidente do conselho aguarda ainda um parecer da Consultoria do Senado para decidir se os relatórios serão feitos por uma comissão ou por apenas um senador.

#### DISCURSO

Gilberto Mestrinho informou também que fará pronunciamento em Plenário sobre os procedimentos a serem tomados pelo conselho na apuração dos fatos envolvendo Jader Barbalho. Mestrinho pretende ainda se manifestar sobre reportagens que têm sido publicadas a respeito de supostas irregularidades na construção do sambódromo de Manaus quando ele era governador do Amazonas.

## CCJ dará prioridade a pedido de relatório do caso Banpará

O requerimento solicitando que o Banco Central envie ao Senado todas as informações relativas ao caso Banpará será uma das matérias que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) examinará com prioridade na retomada das atividades do Legislativo nesta semana. O pedido foi apresentado pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) no dia 5 de março e abrange todos os relatórios de auditoria, inspeção ou fiscalização a respeito de irregularidades ocorridas no

Banco do Estado do Pará durante o período de 1984 a 1987.

Em reunião realizada no período de recesso, os líderes partidários decidiram recomendar que o Banco Central envie esses relatórios ao Senado. O objetivo do exame dos documentos é buscar um esclarecimento definitivo sobre o suposto envolvimento do senador Jader Barbalho no esquema de desvio de recursos do Banpará que teria sido montado quando ele era governador do estado do Pará. Segundo

Dutra, as informações são fundamentais para que os senadores se certifiquem da veracidade das declarações prestadas por Jader Barbalho em Plenário, quando afirmou, em discurso, não ter qualquer relação com o caso.

A CCJ também poderá examinar rapidamente um possível pedido do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar o senador Jader Barbalho em função de denúncias contra ele. O presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), afir-

mou que é desejo da Casa que a licença seja concedida prontamente, tão logo solicitada. Ele informou que o pedido será imediatamente enviado à CCJ, à qual compete apresentar o parecer sobre a matéria, com a recomendação de que os prazos regimentais sejam utilizados para acelerar a votação. Também o presidente da comissão, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), já manifestou sua intenção de fazer com que o pedido tramite no prazo mínimo permitido pelo Regimento.

## Carlos Wilson decide sobre servidores envolvidos no caso do painel

O primeiro-secretário do Senado, Carlos Wilson (PPS-PE), anunciará amanhã as punições aos servidores do Centro de Informática e Processamento de Dados (Prodasen) envolvidos na violação do painel eletrônico de votações. O relatório da comissão de inquérito que investigou o caso sugere a demissão de Regina Borges (ex-diretora do Prodasen), Ivar Alves Ferreira, Heitor Ledur e Hermílio Nóbrega, que participaram da violação.

A decisão final cabe a Carlos Wilson, que, apesar de considerar gra-

víssimos os fatos, pondera que a demissão e consequente cassação da aposentadoria pode ser uma pena desproporcional.

— A servidora tem 30 anos de bons serviços prestados. Isso tem que ser levado em conta. Os senadores (Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, envolvidos no episódio) tiveram a saída da renúncia e estão habilitados a concorrer às eleições em 2002. A servidora, se for demitida a bem



Carlos Wilson deve anunciar decisão amanhã

do serviço público, nunca mais poderá voltar — disse Carlos Wilson, salientando, entretanto, que Regina tinha a obrigação de não obedecer às ordens, ainda que dadas por superiores.

O primeiro-secretário pode optar por uma punição mais branda para os servidores, como a suspensão de 30 a 90 dias. Se esse for o caso, por serem diretores do Prodasen, Regina e Ivar Alves devem pegar uma

suspensão mais longa que Ledur e Nóbrega, técnicos do órgão. Assim como Carlos Wilson, o presidente em exercício do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), considera a demissão uma penalidade muito severa.

Se Carlos Wilson optar por suspender os servidores, a decisão será final, sem necessidade de apreciação da Mesa. Porém, se o primeiro-secretário entender que a participação dos servidores no episódio da violação do painel é passível de demissão, a Mesa deve se reunir para deliberar sobre o assunto.

# CCJ vota regulamentação de fundo para tecnologia

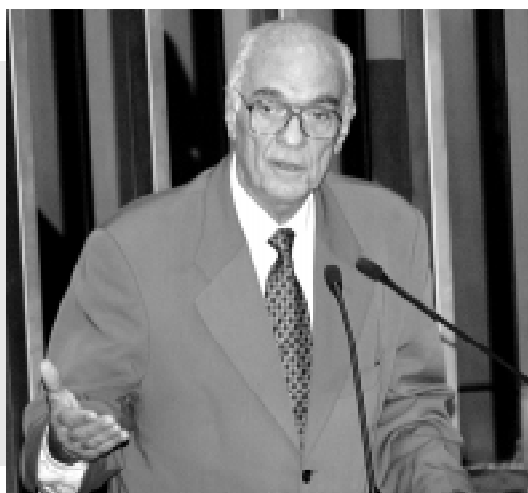
Projeto de iniciativa de Roberto Saturnino passará ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos, antes de ser enviado à deliberação do Plenário

Projeto de lei que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), criado há 30 anos, aguarda o parecer do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), para ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), o projeto será examinado posteriormente pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de seguir para votação em Plenário.

Saturnino propõe que o fundo passe a operar efetivamente como tal, o que, segundo ele, nunca ocorreu. Para o parlamentar, as regras de funcionamento do FNDCT reproduzem a sistemática usual de execução do orçamento, com receita e despesa executadas ano a ano. Sua proposta prevê que os recursos não utilizados até o final de cada ano sejam transferidos para o exercício seguinte, acrescidos dos rendimentos de aplicações e remunerações.

De acordo com o senador pelo Rio de Janeiro, a regra atual "contrasta frontalmente com a realidade das atividades de longo prazo apoiadas pelo FNDCT". Na justificativa do projeto, Saturnino afirma que as "atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico são, essencialmente, ativida-

Saturnino quer assegurar maior espaço para planejamento da ciência e tecnologia no país



des executadas por longos períodos de tempo, até que seus resultados possam ser alcançados". Segundo ele, os projetos apoiados pelo fundo têm, em média, três anos de execução.

O projeto de lei torna obrigatórias a elaboração e a divulgação de planos de aplicação de recursos a partir de prioridades governamentais previamente explicitadas. Essas prioridades, relativas a setores econômicos, áreas de conhecimento e instituições beneficiárias de recursos, poderão ser reavaliadas permanentemente.

O parlamentar lembra, na justificativa, que os fundos setoriais para ciência e tecnologia aprovados no ano passado pelo Congresso Nacional (setores de energia elétrica, recursos hídricos e mi-

nerais, espacial, transportes terrestres, informática, telecomunicações, somados ao do petróleo, aprovado em 1997) resolveram o problema primordial do fundo, ao assegurar fontes de receitas vinculadas e estáveis que, em 2001, já totalizaram mais de R\$ 700 milhões.

Para Saturnino, o projeto visa "regulamentar o FNDCT, estabelecer condições gerais de funcionamento do fundo e uma certa padronização na aplicação dos recursos dos vários 'fundos setoriais', assegurando, assim, maior espaço para um planejamento efetivo da política da ciência e tecnologia no país e, conseqüentemente, uma maior transparência de seus objetivos e resultados para a sociedade".

## Viana quer ampliar isenção para aposentados por doenças graves

O senador Tião Viana (PT-AC) apresentou projeto de lei isentando do pagamento do Imposto de Renda os aposentados por acidentes de trabalho ou em decorrência de moléstias profissionais. A isenção inclui os aposentados acometidos de doenças graves como esquizofrenia, esclerose múltipla, doenças hepáticas graves, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), fibrose cística e câncer, mesmo que contraídas depois da concessão da aposentadoria ou reforma.

Tião Viana argumenta que a legislação já isenta do pagamento de IR os portadores de cardiopatias e nefropatias graves, mas

não abrange muitas doenças igualmente debilitantes: "A sociedade não pode exigir o esforço de contribuição daqueles que, acometidos por enfermidades que lhes subtrai considerável parte de sua renda, não dispõem de recursos suficientes para prover o sustento de suas famílias".

A lista não inclui doenças como tuberculose e hanseníase, uma vez que Tião Viana as classifica como enfermidades curáveis nos dias atuais, com tratamento gratuito e de acesso universal, nos serviços públicos de saúde do Brasil, há mais de 30 anos. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em regime de decisão terminativa.



Projeto de Viana inclui outras enfermidades, mesmo que contraídas após a aposentadoria



Carlos Bezerra propôs o tributo mediante emenda à MP que criou Agências da Amazônia e do Nordeste

## Bezerra defende contribuição para as regiões mais pobres

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) propôs, por meio de emenda à medida provisória que criou as Agências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste, a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre o Lucro para Desenvolvimento Regional como forma "nítida e apropriada" de transferência de recursos das regiões mais ricas para as regiões mais pobres.

— A alíquota prevista pela emenda, 1,22%, foi dimensionada de forma a produzir uma arrecadação anual da ordem de R\$ 2 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão seria destinado aos fundos de desenvolvimento, inclusive o Funres, que beneficia a economia do Espírito Santo — esclareceu o senador.

Para elaborar a emenda, Carlos Bezerra disse que se baseou no art. 149 da Constituição federal, que prevê a instituição de uma contribuição de intervenção no domínio econômico, "nitidamente configurada na situação que se coloca para as regiões abrangidas".

Carlos Bezerra assinalou que, ao lado das expectativas favoráveis em relação à medida provisória, pesam dúvidas acerca da condução do novo modelo, uma vez que as dotações previstas são equivalentes às anteriormente estabelecidas pelos Fundos de Investimentos da Amazônia e do Nordeste (Finam e Finor).

Se aprovada, a contribuição terá caráter transitório, pois Carlos Bezerra pretende que sua vigência seja atrelada ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de modo que a cobrança seja assegurada até a equiparação do IDH médio das regiões beneficiadas àquele das regiões mais desenvolvidas.

Para evitar que a contribuição venha a onerar a carga tributária global, o senador também propôs que, durante o período de vigência da lei, a taxa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) seja reduzida em proporção correspondente, ou seja, a alíquota passaria de 15% para 12,5%.

## Programa "Cidadania" discute pobreza no país

Renda e pobreza estarão em debate hoje no programa *Cidadania*, da TV Senado. Participam do programa a senadora Heloísa Helena (PT-AL) e a técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) Graça Ohana, para quem o atual quadro de pobreza no país não pode ser alterado sem que haja aumento na oferta de empregos. O *Cidadania* vai ao ar às 6h30, 13h30 e 19h30.

Já o programa *Entrevista* de hoje, que será transmitido às 7h30, 12h30 e 20h30, recebe o senador Arlindo Porto (PTB-MG). Ele falará sobre o projeto de lei de sua autoria que aumenta as deduções por dependentes no Im-



TV Senado também apresentará entrevista com Arlindo Porto sobre deduções no Imposto de Renda. No *Entrevista* que vai ao ar às 9h30 e 18h30, o convidado é o advogado Sid Riedel, que abordará direitos trabalhistas.